



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA GAÚCHA

CNPJ 01.637.481/0001-03 - MINAS GERAIS - BRASIL

PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº 066/2022
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇOS PUBLICOS MUNICIPAIS
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

RELATÓRIO

1. De autoria do Prefeito, o Projeto de Lei nº 066/2022, *“Regulamenta e cria procedimentos da cessão de uso de imóveis do setor industrial do Município de Chapada Gaúcha e dá outras providências”*.
2. Publicada, a proposição foi distribuída a estas Comissões para manifestar-se, de forma conjunta, via parecer, em atendimento ao disposto no artigo 83 do Regimento Interno.
3. É sucintamente, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

4. Em sede preliminar, reconheço estarem presentes todos os requisitos intrínsecos à apresentação da proposta, sobretudo aqueles pertinentes à competência, eis que o assunto envolve matéria de exclusivo trato por parte da municipalidade, a teor do que dispõe o art. 30, I, da Constituição Federal, por tratar de assunto de interesse local. Também não vejo óbice quanto à iniciativa (legitimidade), vez que não trata de matéria de natureza reservada, podendo ter seu impulso por quaisquer dos legitimados a que refere o *caput* do artigo 107 da Lei Orgânica Municipal.
5. No mérito, o Prefeito Municipal busca regulamentar os procedimentos destinados a cessão de uso de imóveis do setor industrial do Município de Chapada Gaúcha.



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA GAÚCHA

CNPJ 01.637.481/0001-03 - MINAS GERAIS - BRASIL

6. O inciso II do artigo 2º do projeto de lei estabelece que para os fins desta lei, entende-se por “cessão de uso de bem público”, *“o ato administrativo, formalizado mediante Termo de Cessão, que permite a utilização privativa de bem público imóvel por outro ente da administração direta ou indireta, ou por particulares, por sua conta e risco, por tempo determinado e em qualquer hipótese, vinculados ao interesse público”*
7. O artigo 3º da proposição estabelece que *“O Município poderá celebrar termo de cessão de uso de seus bens a outros entes públicos, inclusive os da administração indireta ou a particular, conforme o interesse público o exigir”*.
8. O parágrafo 2º do referido artigo condiciona a cessão de uso a particulares à demonstração de geração de renda e empregos na atividade a ser desenvolvida no bem e à formalização do termo de cessão.
9. Conforme consta do Capítulo I do projeto de lei, além da cessão de uso, a proposta cuida ainda de implementar “Política de Incentivos”. Assim, o artigo 5º define as políticas de incentivos que o Município poderá conceder, sob o assessoramento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Industrial, destinadas a incentivar *“a instalação de novas indústrias e comércio, a transferência, ampliação ou criação de filiais da já existentes e ao fomento das atividades industriais e comerciais”*.
10. O artigo 7º da proposta dispõe que *“a outorga da concessão de direito de uso será, em regra, precedida de licitação, nos termos da legislação vigente, excepcionalmente, dispensada, nos casos de relevante interesse público, mediante autorização legislativa”*.
11. O artigo 11, impõe condições para o processo licitatório para a concessão de uso de lotes industriais e comerciais. Dentre as condições encontra-se o edital de



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA GAÚCHA

CNPJ 01.637.481/0001-03 - MINAS GERAIS - BRASIL

chamamento deverá ser publicado no mural Prefeitura e, em súmula, no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação do Estado e em jornal de circulação local de abrangência regional.

12. Cuida a proposta de estabelecer os critérios de classificação para os interessados, com distribuição de pontuações, observados os seguintes quesitos:

I – Quanto ao ramo de atividade;

II – Quanto à origem da matéria prima;

III – Quanto ao potencial poluidor da atividade;

IV – Quanto ao capital integralizado;

V – Quanto à destinação do imóvel;

VI – Quanto à geração de novos empregos formais e mão de mão de obra local.

13. Destarte, por tudo que do projeto consta não vejo óbice à sua aprovação, sendo que no mérito, avalio ser de grande relevância para o desenvolvimento do nosso Município.

CONCLUSÃO

14. Em face do exposto, voto pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 066/2022 e no mérito, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2022.

Vereador **RONILDO SIQUEIRA DA CONCEIÇÃO**
Relator